



Mídia, Água e Tradições Religiosas:

O Caso do Encontro das Comunidades de Terreiro pelas Águas, em Salvador¹

Cláudia OLIVEIRA DOS SANTOS²

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA e Universidade
Popular das Águas, Unihidro, Salvador, BA

Tatiana SCALCO SILVEIRA³

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP

Resumo

A crise da água – de distribuição, conhecimento, acesso, recursos - é pauta cada vez mais freqüente na mídia e apontada como um problema para as gerações futuras. Neste contexto, ações de comunicação, diálogo e concertação, entre poder público, comunidades tradicionais e especialistas, são exemplos a serem seguidos na busca de soluções adequadas ao território e às águas doces em disputa. A experiência dos “Encontros pelas Águas” promovidos pelo órgão ambiental gestor das águas na Bahia, foi uma ação deste tipo. Este artigo apresenta a experiência do Encontro pelas Águas com as Comunidades de Terreiro, a sacralidade da água para essas comunidades, as estratégias de comunicação utilizadas, seus resultados e impactos.

Palavras-chave

Água; Comunidade de Terreiro; Diálogo, Mídia

Apresentação

Dentre os problemas na agenda de discussões de autoridades mundiais, ambientalistas, comunidade científica e sociedade, a água vem assumindo, cada vez mais, lugar de destaque. Símbolo valorizado e respeitado em todas as religiões e culturas, também se tornou símbolo de equidade social na medida em que a crise da água – de distribuição, conhecimento, acesso, recursos – veio à baila (Selborne, 2002).

¹ Trabalho apresentado na NP Comunicação Científica, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Jornalista, Especialista em Gestão da Informação para Mídias, Mestranda em Modelagem da Ciência da Terra e do Ambiente na UEFS/BA em convênio com a Universidade Popular das Águas - Unihidro. Atualmente é assessora de comunicação do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGA), Bahia, email: claudia-oliveira@oi.com.br.

³ Jornalista, Mestre em Política Científica e Tecnologia e Doutoranda em Saneamento e Ambiente pela Unicamp. Atualmente é consultora do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Agrícola (IICA), email: scalco.t@gmail.com.



Necessária em todos os aspectos da vida, a água está vinculada e imbricada ao processo de desenvolvimento global, seja como insumo fundamental para produção nas diversas indústrias ou pela produção agrícola, por sua influência sobre a saúde (ONU/WWAP, 2003), ou ainda, em meio do debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento. A escassez das águas doces, em função de questões como a poluição e o desperdício, já desperta conflitos em várias partes do mundo⁴, em razão do seu uso e condições de acesso. Afinal, água doce é bem finito que corresponde a apenas 3 % de toda a água existente no planeta.

Num cenário em que as notícias com temas ambientais têm ocupado expressivo espaço na mídia se comparado com décadas anteriores (Alves, 2002), assuntos como aceleração do aquecimento global, mudanças climáticas, seca e guerras em função da água doce tomam conta do noticiário. Neste contexto, e considerando que a comunicação influencia o discurso ambiental, cumprindo papel de elemento de ligação para a base de entendimento comum entre as diferentes leituras sobre o ambiente (Sousa, Barreto e Albuquerque, 2004), ações de comunicação, diálogo e concertação, entre poder público, comunidades tradicionais e especialistas, são exemplos a serem seguidos na busca de soluções adequadas ao território e às águas doces em disputa. A experiência dos “Encontros pelas Águas”, promovidos pelo órgão ambiental gestor das águas na Bahia, foi uma ação deste tipo. O objetivo deste artigo é apresentar a experiência em tela, discutir as estratégias de comunicação utilizadas, seus resultados e impactos. Cabe registrar que neste texto, em específico, será tratada, com maior ênfase, a relação entre as comunidades de terreiro e a água.

Comunidades Tradicionais de Terreiro, Água e Comunicação

Mesmo diante da fragmentação das cidades e das culturas, da globalização, dos avanços tecnológicos e formas cada vez mais instantâneas de inter-conectividade, a tradição religiosa nas comunidades de terreiro representa toda uma simbologia que é revelada através de signos⁵ comunicacionais com efeito direto na vida das pessoas. A maneira de tratar a natureza e especialmente a água é um norteador para a manutenção

⁴Bouguerra (2003:p. 93) registra que há conflitos entre Estados nos cinco continentes da terra: Turquia-Síria, Jordânia-Israel, Índia-Bangladesh, Irã-Iraque, Namíbia-Lesoto, Senegal-Mauritânia, Hungria-Eslovaquia, Uzbequistão-Kazaquistão-Quirguistão-Tadjiquistão a propósito do Amu Darya, o Syr Darya e o Mar de Aral..., ou entre os Estados Federados como na Índia, na Malásia e nos Estados Unidos.

⁵ Utilizamos o conceito de Signo, segundo Bordenave (2002, p.40-41), “são qualquer coisa, ou estímulo físico, utilizados para representar objetos, qualidades, idéias ou eventos”. São uma “criação livre da imaginação humana”,



das tradições das diferentes nações de comunidades de terreiro, seja angola, congo, jêje, nagô, queto e ou ijexá.

A relação das comunidades tradicionais de terreiro e a água pode ser um exemplo a ser seguido pelas comunidades em geral. Mais que recurso, bem ou fonte essencial e primária da vida humana, a água nessas comunidades é repleta de simbolismo. É fonte de vida para o corpo e para o espírito. É elemento sagrado, premissa para qualquer ritual e que sacraliza as oferendas⁶. É tradição, entendendo-a como a transmissão do conjunto de saberes de geração a geração (Sodré, 2002, p.103). E as tradições na comunidade de terreiro são transmitidas de várias formas, seja por meio do canto, dança, rituais, mitos, cores, roupas, gestos, palavras, exemplos. Tanto que os iniciados costumam dizer que no Candomblé se aprende vendo e fazendo.

Mesmo sofrendo alterações ao longo do tempo, os signos são muito fortes no cotidiano do candomblé. É mister destacar, porém, que cada nação tem suas particularidades, podendo ser reconhecida pelo toque dos tambores, sua roupa, músicas, dança, forma de cultuar as divindades, seja como orixá, vodun ou inquices. Embora sejam originárias do mesmo continente, as nações são caracterizadas por diferenças culturais, étnicas, religiosas e estão relacionadas aos grupos vindos de várias regiões africanas com suas especificidades.

Mas há muitas similaridades também, pois essas nações se mesclaram e trocaram vários conhecimentos, valores e signos desde a época de escravização. Dentre os pontos em comum, a água é o elemento essencial para a relação dos humanos com as divindades, na maioria delas. Para as comunidades de terreiro, a água serve de escudo contra o mal e significa pureza, limpeza espiritual; é cheia de vibrações que impulsionam a vida, estando interligadas a toda biosfera. É, talvez, o signo mais forte e com implicações amplamente arraigadas no modo de ser e viver dos religiosos.

A associação dos orixás à natureza é uma premissa nas comunidades de terreiro. Eles são vinculados a terra, ao ar, ao fogo e a água. Pelo simbolismo do candomblé, são eles os responsáveis pela criação do universo e tudo o que nele há. São a representação da própria natureza. É o que conceitua Mãe Olga do Alaketu, no caderno Oku Abo Espaço Sagrado: “Meu filho, orixá é tudo isso que está aí... É o princípio da vida, está

⁶ “Acontece no entanto às filhas de santo, em visita, sentiram apelo insistente da divindade desabrochar-lhe no íntimo; bebem então grandes copos de água gelada, que têm o poder de impedir que se produza a possessão” (BASTIDE, 1958, p. 38).



em todas as coisas. Por isso, tome muito cuidado, pois quando você mexe em uma coisa, desequilibra a outra”.

Considera-se, por exemplo, Èsu (Exú) como o orixá dos caminhos, trilhas e encruzilhadas; Ògún (Ogum), do ferro; Òsòòsi (Oxossi), das florestas; Obalúayé (Obaluaiê/Omolu), da terra e Sàngó (Xangô), o orixá dos raios, trovões e pedras. No Candomblé de origem nagô⁷ dentre os orixás cultuados, quatro dessas divindades, especialmente, conforme declaração recente da Ekedy Sinhá do Terreiro Casa Branca em Salvador-Bahia, são relacionadas diretamente às águas: “Oxum Senhora das Águas Doces, Iemanjá, Deusa das Águas Salgadas, Nana, a Nossa grande mãe e avó Senhora dos manguezais”. Além dessas, Oxalá é outra divindade da águas celestes, é considerado pai da criação. Para esses orixás, são direcionados pedidos, agradecimentos, louvores, numa sublimação, crença e respeito às forças que as águas impõem e contêm.

A água tem um lugar considerado imprescindível na comunidade de terreiro. É usada em todos os rituais⁵, sejam eles com fins litúrgicos (simbólicos) ou de cura. Aliás, para que um terreiro seja construído é preciso uma cerimônia onde a mãe ou pai-de-santo deposita no terreno, o que Carneiro (1948 p.24) descreve como “água dos axés” e Sodré (2002 p.102) como “a força” que circula naquele território. “A terra, as plantas, os homens são portadores do axé, são veículos de possibilidades de afetar e ser afetado, diretamente vinculados às práticas rituais”.

Estão no âmbito do candomblé, coisas que se aprendem na mitologia e as práticas ritualísticas reafirmam. Rocha *et al* (1993 pg 39) lembra que o “ritual é um espaço fundamental de comunicação e circulação de valores da cultura”. Para o autor, um sistema composto por rituais é uma forte e determinante maneira para articular a ordem social e uma das formas mais “eloqüentes de uma sociedade falar de si mesma”.

Na realidade, ao serem intimamente subordinados aos preceitos e orientações dos seus orixás, os indivíduos moldam suas condutas no que diz respeito à totalidade da vida. São os orixás que permeiam os valores éticos, morais e, sobretudo, espirituais de cada um. Assim, um filho de Oxum, por exemplo, pode assimilar a partir do perfil do próprio orixá percepções e valores diferenciados quanto à água. O mesmo pode acontecer com os filhos de Oxalá e assim por diante.

⁷ típico dos africanos vindos da região onde atualmente situam-se o Benin e a Nigéria.



E uma vez nas comunidades, os filhos e filhas de santo assimilam princípios que delimitam a maneira com que as pessoas se relacionam com as águas. Na comunidade de terreiro nagô, as idéias e concepções de vida são baseadas nos ensinamentos dos orixás. E aos orixás os iniciados mantêm vínculos de obediência e obrigações. Há nesse sentido, as proibições (quizilas ou tabus) no candomblé; algumas direcionadas, por exemplo, à alimentação, quando o filho ou filha de santo não pode comer determinada coisa ou quando tem de se abster até mesmo do sexo.

E são modos de fazer e ser, conhecimentos, tradições que são passados de geração em geração nessas comunidades, entre pais, mães, filhos e filhas de santo, ekedys, ogãs e outros iniciados, em uma dimensão solidificada pela troca de experiência, pela vivência e respeito à ancestralidade. Sodré (2002) afirma “que a herança cultural repassada faz da tradição um pressuposto da consciência do grupo e a fonte de obrigações originárias, que se reveste historicamente de formas semelhantes a regras de solidariedade.”

Pode estar aí um indicador de sustentabilidade ambiental; forma de usufruir dos recursos naturais sem esgotá-los ou comprometer suas reservas e violar os direitos de uso por parte das futuras gerações, uma vez que no candomblé a água é divinizada e árvores também são cultuadas como símbolos sagrados. Idem (2002, pg. 167), descreve que em visita com amigos ao terreiro baiano Axé Opô Afonjá, um ogã da casa lhes ofereceu uma muda de planta e os conduziu até o mato; quando puderam apreciar o que ele classificou de “instante radicalmente ecológico”. “Ali, cercados de vegetação, todos viram-no abraçar um tronco – o velho Apaoká -, murmurar algumas palavras e pedir licença à árvore para arrancar-lhe um broto”.

Assim, os rituais devem contribuir para manter também o respeito à hierarquia, proteger e manter a sabedoria, os ensinamentos deixados pelos antepassados. São saberes que muitas vezes são incorporados por pessoas de outras religiões. É um saber lidar com a água que pode ser traduzido no *Saber Cuidar* que Leonardo Boff (1992) classifica como postura ética diante do universo, reconhecendo o valor do que realmente importa, do que está relacionado não à lógica utilitarista, mas à dimensão de alteridade, respeito, sacralidade, troca e complementaridade.

Observa-se, desta maneira, que a comunidade de terreiro é um espaço onde se agrega um conjunto de saberes integrados; conhecimentos que nem sempre são referendados pela ciência, mas que, como certifica Boaventura de Souza Santos (2006), estão baseados na sabedoria popular e constituem-se em parte integrante da natureza da



ciência. O autor ainda pontua que a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade, principalmente quando se refere aos sistemas de crenças e juízos de valor. Ele reforça que não há razões para considerar a explicação científica como a única válida e superior nesse sentido, justificando assim a necessidade de entender melhor esse conjunto de crenças, valores, saberes e modos de lidar com o meio ambiente, especificamente, com a água.

E a partir desses modos de agir individual, local, pautado em “obrigações” com os orixás, supõe-se que seria possível desenvolver uma consciência cidadã de proteção e conservação das águas. Guimarães (1993) explica que o modo de agir local está relacionado a um pensar global. Isso significa, no contexto da educação ambiental, que à medida que cada indivíduo tem um comportamento de proteção e conservação ambiental nos locais onde esteja inserido, conseqüentemente exerce sua cidadania planetária. É uma perspectiva que se coaduna com a necessidade imposta pela natureza nos dias atuais marcados pela escassez da água, pelo mau uso dos recursos naturais como um todo, pela aceleração do aquecimento global e tantos outros impactos negativos e alterações na terra, influenciados, inclusive, sobretudo, pela ação humana.

Esses processos comunicacionais, simbólicos⁸ traduzem saberes tradicionais geralmente desconsiderados pelos jornalistas. Como salienta Trigueiro (2003), esses profissionais de mídia não têm o aprofundamento necessário para transmitir informações ambientais embasadas ao público, com o necessário caráter multidisciplinar de maneira que permita a compreensão e leitura inter-conectada da realidade dos atores envolvidos e do ambiente ao qual estão inseridos.

AS ÁGUAS, A BAHIA E OS ENCONTROS PELAS ÁGUAS

Quase do tamanho da França, o Estado da Bahia tem 564.692,669 km², 17 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGAs), milhares de rios, mais de 65 Bacias Hidrográficas, 417 municípios, cerca de 14 milhões de habitantes (estimativa IBGE 2007)⁹.

Considerado o mais negro dos estados brasileiros, a Bahia teve sua colonização marcada pela influência do povo de África. Os sinais estão por todos os lados, seja nas manifestações culturais, na comida, no comércio, nas práticas religiosas, na relação

⁸ Utilizamos o conceito de Símbolo, segundo Bordenave (2002, p.40-41), como representações de idéias complexas e sentimentos, sendo uma categoria do mundo dos signos.

⁹ Dados levantados a partir de <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>, em 13 de junho de 2008



comunitária. Além disso, o expressivo número de comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores, marisqueiras, povos indígenas, povos do campo e comunidades de terreiro) demonstra a variedade da formação desse Estado. Essa diversidade dos povos da Bahia e o seu olhar diferenciado em relação à água traz alternativas interessantes referentes ao trato e a comunicação sobre a temática da água.

Fatores que também motivaram o órgão gestor das Águas na Bahia a promover os “Encontros pelas Águas”; reuniões temáticas de sensibilização para a proteção, conservação e uso sustentável da água. Os encontros ocorreram no período de agosto a dezembro de 2007, com vistas a preparar os diversos segmentos da sociedade e governo para a Conferência Estadual de Meio Ambiente, realizada em Março de 2008.

A partir da proposta de escutar as pessoas e segmentos que têm uma relação mais próxima com a natureza, pela primeira vez povos tradicionais historicamente excluídos e que têm uma relação e/ou interdependência com água foram consultados, escutados e participaram da construção da uma “Carta das Águas”, que foi apresentada na referida Conferência Estadual de Meio Ambiente. Os debates dos Encontros ocorreram a partir de quatro eixos temáticos: “Nós e a Água”, “Nós e a gestão das Águas”, “Problemas da água no lugar onde vivemos” e “Nossos sonhos pela água”.

Os Encontros foram realizados nos seguintes municípios baianos: Salvador, Canavieiras, Ilhéus, Euclides da Cunha, Santa Maria da Vitória, Juazeiro, Irecê e Mucugê. Além do público prioritário (comunidades tradicionais de terreiro, pescadores e marisqueiras, quilombolas, povos indígenas, povos do campo, juventude, mulheres, crianças e empresários), trabalhadores do sistema de recursos hídricos participaram. Como resultado de cada Encontro, foram elaboradas Cartas pelas Águas apontando as demandas das comunidades tradicionais e demais seguimentos. Ao final do processo, foi constituído um Conselho de Acompanhamento e Aplicabilidade das Cartas para que as propostas fossem efetivadas enquanto diretrizes das políticas públicas dos Recursos Hídricos na Bahia. – o Conselho pelas Águas.

O Encontro das Comunidades Tradicionais de Terreiro, em Salvador

Na sexta-feira, 24 de agosto de 2007, das 8h às 18h00, na Casa do Comércio, em Salvador¹⁰ — Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe, ocorreu o Encontro das

¹⁰ Cidade mais negra do país, onde segundo o IBGE mais de 80% da população é formada por afro-descendentes e segundo o Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, existem mais de 1.200 terreiros de candomblé.



Comunidades de Terreiro pelas Águas. Pela primeira vez na história da Bahia, diferentes nações do candomblé de todo o Estado foram convidadas e receberam todo respaldo, inclusive transporte gratuito e alimentação, para discutir e propor diretrizes da política pública relacionadas às águas.

A simbologia da ação começava pela própria data da realização do encontro, 24 de Agosto, especial para os baianos do culto afro que cultuam São Bartolomeu, reverenciado como Oxossi em algumas nações. Uma estratégia de divulgação foi estruturada e operacionalizada pela assessoria de comunicação do Ingá¹¹. Numa primeira etapa foi montada lista de veículos comunicacionais da região, elaboradas sugestões de pauta e *releases* para divulgação do Encontro, ofertadas matérias prévias ao encontro e convidados os órgãos de comunicação para cobrirem e participarem da iniciativa. Matérias também foram distribuídas para a imprensa local e nacional, destacando o que Ricardo Noblat (2007) denomina de “detalhes da notícia”. Os textos explicitavam, por exemplo, a importância da água nos rituais dos terreiros, o interesse das comunidades tradicionais em resgatar as fontes de Salvador muito degradadas, a necessidade de conservação dos corpos d’água, a importância da revitalização das nascentes, entre outros. Foram produzidos e distribuídos folderes, cartazes e feito contato direto com os repórteres que cobrem assuntos étnicos e ambientais, além de pauteiros para destacar as atividades do encontro.

Durante o evento, a equipe de comunicação do Ingá elaborou e disponibilizou matérias sobre a atividade. Também ficou à disposição dos meios de comunicação locais para apoiar e oferecer as informações que fossem demandadas. Após o evento, foram enviadas informações dos resultados aos veículos de comunicação da região, ressaltando-se oportunidades de desdobramentos de pautas a partir da elaboração da Carta pelas Águas.

Os Resultados

No dia do evento, apenas três veículos de comunicação local repercutiram a notícia. A TVE apresentou matéria de cobertura em dois momentos. Uma no Programa TVE revista com 1min49seg e a mesma matéria no TVE Notícias, com 2min20. O A Tarde Online divulgou uma nota a partir do release divulgado pela assessoria com 10 linhas e o Jornal A TARDE outra nota como serviço. No dia posterior, a Tribuna da

¹¹ Ingá = Instituto de Gestão das Águas e Clima, ex-Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia, órgão gestor dos recursos hídricos do estado.



Bahia e o Jornal A TARDE deram matérias curtas, sem maiores destaques ou aprofundamento sobre o encontro.

Cabe registrar que tanto no dia do evento quanto no dia seguinte, o sítio oficial do governo do Estado da Bahia publicou na íntegra os *releases* da Assessoria da Comunicação do órgão, que também foram reproduzidos em dois sítios especializados de Comunidade de Terreiro.

CONSIDERAÇÕES

Havia tudo para que o Encontro tivesse grande repercussão na mídia, sobretudo porque tratava de questões de interesse local e da coletividade. O que deveria ser uma premissa não aconteceu, o noticiário local não contaminou o jornal, a cor local não foi impressa no noticiário¹².

Pouca relevância ao Encontro das Comunidades de Terreiro pelas Águas foi dada pelos meios de comunicação de Salvador, que nem mesmo o resultado quiseram repercutir. Perderam boas chances de pauta, pois as diferentes nações de candomblé elaboraram ao final do encontro um documento denominado de Carta pelas Águas. No texto, apontaram a necessidade do resgate histórico cultural e religioso reconhecendo as fontes sagradas como patrimônio. Sugeriram ao Estado revitalizar as fontes despolindo os minadouros, o replantio de folhas sagradas no entorno dos terreiros e reposição de plantas aquáticas nos mananciais, como diques e lagoas.

Na Carta pelas Águas, as comunidades de terreiro também sugeriram o desenvolvimento de projetos de captação e utilização das águas de chuva para uso doméstico e reivindicaram a representatividade das religiões de matriz africana nas estruturas de gestão de políticas públicas, bem como a implementação de tarifas sociais de água e energia para as comunidades terreiros e todas as comunidades tradicionais.

Mesmo que a pauta não fosse exclusiva, a riqueza de detalhes do Encontro mostra que os veículos poderiam ter grandes oportunidades para oferecer aos seus públicos pautas diferenciadas e que poderiam ser capturadas a partir da vivência e cultura de diferentes nações do candomblé.

Vale destacar que o Encontro das Comunidades de Terreiro pelas Águas aconteceu no momento em que a água era pauta nacional devido aos protestos pelo início das obras de transposição do Rio São Francisco; tema que ocupou naquele mês

¹² Noblat (2007) aponta como premissa jornalística que o noticiário local deve contaminar o jornal.



quase que cotidianamente as páginas dos jornais e espaços nos outros veículos de comunicação locais e nacionais. Nada mais apropriado para falar da água em várias dimensões, inclusive porque às margens do Velho Chico, habitam inúmeras comunidades tradicionais, como quilombolas que também têm como crença e fé, o culto aos orixás.

A divinização da água e a co-relação com os orixás, por si só, já demonstra uma relação diferenciada do povo de santo com a água. São olhares, saberes, experiências geralmente ignorados pela mídia. A mesma mídia que costuma colocar a água como pauta em situações de tragédia em corpos d'água ou quando há focos do ponto de vista político e econômico, como no caso da transposição do Rio São Francisco tão trabalhada pelos meios de comunicação naquele momento.

Tal contexto demonstra raríssimo haver espaço na imprensa para tratar a água na sua dimensão cultural e simbólica. Percebe-se, desta forma, quão raros são os espaços que tratam os modos de vida das comunidades tradicionais, suas crenças, sua fé, sua maneira de lidar com os recursos naturais. Citando Barbero (2004, p 63), observa-se que os meios de comunicação reproduzem ideologias, fazem e refazem a cultura das majorias. Comercializam formatos e recriam as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva.

A mídia tem um papel importante no sentido de mostrar não apenas os problemas relacionados às águas, mas maneiras de como todos podem contribuir para a sua sustentabilidade. Contudo, o próprio imediatismo da notícia, a pressão pelo horário da entrega da matéria e o fechamento da página fazem com que a notícia seja insuficientemente aprofundada. A grande quantidade de assuntos oferecidos à pauta cotidiana numa cidade como Salvador também dificulta a concessão de espaços para tratar de pautas ambientais nessa dimensão etno-cultural. Assuntos como a violência urbana, por exemplo, têm espaços garantidos.

O caso em questão mostra que muitas lições podem ser assimiladas a partir da relação e do modo de lidar dos povos e comunidades tradicionais com os recursos hídricos, servindo de referencial para a abordagem da questão na própria mídia. Percebe-se, que essas comunidades tradicionais são verdadeiros territórios que agregam um conjunto de saberes integrados. E evidencia que é preciso uma sensibilização dos profissionais de comunicação sobre a temática ambiental em seus mais diferentes aspectos.



7. Referências

- ALVES, A. Os Desafios do Jornalismo Ambiental (2002) Fonte:
<http://www.jornaldigital.com/noticias.php/8/97/0/5557/> acesso em 27 de maio de 2003
- BARBERO, J.M. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: Moraes, D. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 57-86.
- BASTIDE, R. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo; Companhia das Letras, 2001.
- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis-RJ : Vozes, 1999.
- BORDENAVE, J.E. D. **Além dos Meios e Mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis-RJ : Vozes, 1983.
- BOUGUERRA, M. L. **As batalhas da água: por um bem comum da humanidade** Petrópolis-Rj : Vozes, 2004.
- CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. Edição do Museu do Estado – Bahia, 1948.
ETNOECOLÓGICA. Especial Etnológica Brasileira. Volumen IV. Número 6. ed.- Julio, 2000.
- GUIMARAES, Mauro. Educação ambiental e a gestão para a sustentabilidade. In: Santos, J.; Sato, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos, RIMA, 2001.2003 – 4ª edição.
- NOBLAT, R.. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- ONU/WWAP. **Water for People, Water for Life: Executive Summary of the UN World Water Development Report**. Primera Publicación, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), Paris: Francia, 2003.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2006
- SELBORNE, L. **A Ética do Uso da Água Doce: um levantamento**. Brasília:Unesco, 2002.
- SODRÉ, Muniz . **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira** / Muniz Sodré – Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador-Ba : Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.
- SOUSA, A. L.; BARRETO, B. M. V. B.; ALBUQUERQUE, E. C. P. T.. **A notícia e o anúncio ambiental - Analisando o Dia Mundial do Meio Ambiente na mídia impressa**. Trabalho apresentado ao NP 09 Comunicação Científica e Ambiental no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004.
- TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade média. In. **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.